

EDITORIAL

"TERRA-DE-NINGUÉM?"

Tal procedimento não pode ser aceito pelo governo brasileiro, por uma questão de princípio: isto aqui não é "terra-de-ninguém" para qualquer um determinar, de fora, a exclusão de nossos recursos humanos, em nosso próprio território. Globalização não deve significar colonização

A notícia de que uma empresa alemã vai terceirizar mão de obra chinesa para trabalhar em um empreendimento seu no Brasil é a mais nova notícia desconcertante produzida pelo governo Lula desde sua vitoriosa eleição no segundo turno. Trata-se da siderúrgica Thyssen Krupp e o contrato abrangeria 600 trabalhadores chineses que serão empregados na construção de uma usina no distrito industrial de Santa Cruz, no Rio de Janeiro.

O alerta foi dado pelo renomado jornalista Élio Gaspari, que faz parte do quadro de colonistas do O POVO. Por sua longa experiência profissional e a credibilidade adquirida na abordagem de temas estratégicos, não há dúvidas de que sua advertência é merecedora da atenção do governo e da sociedade.

É inacreditável que um governo liderado por um ex-operário, cujo ministro do Trabalho é um ex-presidente da CUT possa dar guarida a uma operação desse tipo, que atinge o cerne mesmo do interesse da massa trabalhadora brasileira. É puro nonsense. Aceitá-lo seria abrir um precedente terrível no que tange à defesa do patrimônio mais precioso que tem um país - a sua força de trabalho -, permitindo seu aviltamento por conta de uma concorrência desleal. Afinal de contas, a importação dessa mão de obra não se dá devido à falta de recursos humanos locais, mas para aviltar os ganhos da força de trabalho nacional e, tão grave quanto: permitir que a empresa estrangeira importadora de mão de obra tenha vantagens privilegiadas na concorrência com as empresas nacionais, já que não terá de pagar obrigações trabalhistas e previdenciárias a seus agregados.

É certo que a globalização é uma re "ag-giornamento" da tecnologia, à melhor qualificação dos produtos e a uma mais apurada produtividade, dentre outras vantagens. Mas, traz embutidos alguns "cavalos-de-Tróia" que exigem dos governos atenção redobrada para discerni-los, sob pena de

sofrerem graves prejuízos por conta do descaso e da falta de atenção. Ou seja, um governo tem de estar capacitado para identificar e bloquear tudo aquilo que - a pretexto de relação comercial global - possa ser lesivo aos interesses estratégicos do país, sem titubeios.

Neste caso, os prejuízos se dão através de várias frentes, como foi discriminado acima, envolvendo o interesse nacional, representado pelos empreendedores e pelos trabalhadores brasileiros. Para que um país possa se desenvolver é preciso criar postos e oportunidades de trabalho para sua própria população economicamente ativa. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva ofereceu um exemplo concreto de compromisso com essa perspectiva, no caso da construção das plataformas da Petrobras, quando exigiu que fossem construídas no Brasil para dar emprego à mão de obra nacional. Seria contraditório, agora, permitir a importação de trabalhadores estrangeiros para substituir os locais, numa obra a ser feita no próprio Brasil. E que essa operação seja contratada por uma empresa alemã num terceiro país - a China.

Ora, tal procedimento não pode ser aceito pelo governo brasileiro, por uma questão de princípio: isto aqui não é "terra-de-ninguém" para qualquer um determinar, de fora, a exclusão de nossos recursos humanos, em nosso próprio território. Globalização não deve significar colonização. Retroceder a esse ponto é inimaginável. Portanto, a opinião pública está à espera de uma ação decidida do governo para recolocar essa questão nos devidos patamares, deixando claro, para os nossos parceiros internacionais, que são muito bem-vindos, desde que sua ação se dê dentro dos marcos de nossa soberania e dos legítimos interesses da Nação.

Comente nosso editorial na internet

www.opovo.com.br/opovo/opiniao

CARTAS & ARTIGOS

ESCREVA As cartas deverão ter no máximo 15 linhas - com nome completo, endereço, telefone, e RG do remetente, que se responsabilizará pelo conteúdo. Os textos poderão ser resumidos, e O POVO se reserva o direito de selecioná-los para publicação. Enviar para o endereço do jornal (veja abaixo) ou para o e-mail (opiniao@opovo.com.br). Os artigos devem ser enviados para o mesmo e-mail.

UMA VISÃO DO FUNDEB

Não estou entre aqueles que comemoram a aprovação do Fundeb. Pelo contrário, lamento a criação de mais um fundo pelos próximos quatorze anos.

Nós, educadores do município de Fortaleza, já vimos esse filme com o Fundeb e não gostamos, pois a nossa cidade arrecadou impostos, repassou ao fundo e perdeu muito na redistribuição dos recursos. Houve município que pagou até o 14º salário... As custas de quem? Quando sobra "caixa" num estado ou município é porque outro deixou de ganhar. É assim que funciona...

Na verdade, os governos não estão ampliando as verbas para a educação. O mecanismo do fundo se reduz a compilar impostos e redistribuí-los. De certo que, agora o governo federal injetará recursos para o Fundeb, em lentas parcelas, no entanto com a inclusão da educação infantil e do nível médio, a demanda será bem maior, haja vista o desmonte desses níveis de ensino.

O que queremos? Uma política permanente para o financiamento, com a ampliação dos percentuais nos orçamentos. Queremos sair da folha de despesas para sermos incluídos na planilha de investimentos.

Gardenia Baima
Fortaleza-CE

SIDERÚRGICA

Conforme a imprensa divulgou, a Petrobras anunciou a subida do gás na Bolívia, razão pela qual estipulou um teto que pode contribuir com a siderúrgica no Ceará, bem como desejo de rever o contrato por ela firmado com os investidores. Não falou em rescindir contrato, até porque não é da sua área técnica e científica, quanto a questão de preço é oscilante, nada tem a ver com a siderúrgica, porque o gás procede do Rio Grande do Norte, nas proximidades do destino, sem onerar o produto. A Petrobras é o orgulho do Brasil, pelo dinamismo técnico e científico, crescendo em todos os setores de sua atuação. Porém, é uma autarquia subordinada ao Ministério das Minas e Energia e a presidência da República, não tem capacidade para anular contrato, o que só pode

ocorrer com a maioria dos contratantes, expondo-se a multas e outras penalidades. Parte dos parlamentares de oposição, na Assembléia Legislativa, continua trocando seus conhecimentos eruditos, por críticas provincianas que o povo não quer mais ouvir. O presidente Lula deturpou o assunto, criando uma selegma e motivos nos meios políticos administrativos do estado do Ceará, envolvendo a situação, quando realmente nada existe nesse sentido, apenas modalidades a serem discutidas, entre as partes interessadas.

Francisco Bezerra de Menezes
Fortaleza-CE

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Não obstante os múltiplos defeitos existentes na órbita da administração pública brasileira, não se pode deixar de reconhecer que esta dispõe de reservas inexploradas de imaginação criadora em ponderável parcela de seus servidores, porquanto o aproveitamento hábil dessas qualidades oferecerá contribuições de valor para as atividades de organização e motivará o seu pessoal a usar a sua iniciativa em proveito do trabalho.

Ora, se o problema é esse, na sua magnitude, por que não fomentar a política de aproveitamento e valorização da função pública a fim de que se dê ênfase especial aos deveres dos funcionários para com o público, uma vez que este, na qualidade de contribuinte e financiador da máquina estatal, merece ser tratado com respeito e com a máxima consideração.

Godofredo de Castro Maia
Fortaleza-CE

ERRAMOS

Economia (15/12, pág. 26) O correto na matéria "Concurso da Sefaz tem nova data" é que a Procuradoria Regional da República no Ceará acionou a Justiça para que a realização das provas fosse marcada para o dia 28 de janeiro de 2007.

CLAYTON

charge@opovo.com.br



ARTIGOS

Eu recomendo!



LUIZ HENRIQUE

Aos jornalistas que nunca falham, estudantes de comunicação e interessados no assunto, recomendo a leitura de carta assinada pelo jornalista Rodrigo Vianna, que até terça-feira atuou como repórter especial da TV Globo. O texto da carta está sendo divulgado em vários sites e mostra um pouco das entranhas da emissora do plim-plim, principalmente em relação a cobertura das eleições presidenciais deste ano. Rodrigo foi demitido no último dia 19 após 12 anos na emissora, e atuou diretamente na cobertura das eleições presidenciais em 2006.

Mesmo que se possa alegar

que o desabafo do repórter tenha como motivo sua demissão, a carta é um ingrediente a mais na discussão sobre o papel da grande imprensa no Brasil, no momento em que os veículos de maior peso no país relutam em admitir publicamente a parcialidade na última eleição. Talvez com receio dos reflexos da vitória esmagadora de Lula no segundo turno, não sei. O fato é que o próprio Rodrigo analisa em determinado trecho da carta o porquê do ex-metalúrgico ter sido reeleito, apesar de bombardeado pelos grandes formadores de opinião.

A avaliação torna-se mais interessante porque as denúncias partem de uma pessoa de dentro da estrutura global. "Intervenção minuciosa em

nossos textos, trocas de palavras a mando de chefes, entrevistas de candidatos (gravadas na rua) escolhidas a dedo (...) Isso não foi o pior", diz Vianna em alguns trechos. O jornalista também entra em detalhes sobre como a direção da emissora barrou reportagens e investigações que envolvessem o PSDB. A carta pode ter partido de um repórter da Globo, mas não duvido que se encaixe direitinho em vários outros grandes veículos que cobriram a eleição. Mas seria esperar demais que esses formadores de opinião fizessem oficialmente uma reflexão pública. A verdade, porém, aos poucos, aparece. Pena que custando o sacrifício de alguns.

LUIZ HENRIQUE CAMPOS é jornalista do O POVO

Natal de verdade



ROBERTO DE CARVALHO

Católicos leigos em Nova York convidam professores de História Bíblica para explicar a Linguagem dos Símbolos. Na Bíblia há coisas que podemos compreender diretamente pelas palavras impressas.

Há explicações imaginárias cuja verdade só pode ser entendida se você compreender o que o símbolo em questão quer dizer.

Se alguém lhe oferece um pedaço de pão, você pode comê-lo diretamente. Se alguém lhe oferece um saco de pipoca, você sabe distinguir o papel do saco e a pipoca. Nos asilos de loucos uns comem pipoca com papel e tudo.

Bispos ingleses escreveram livros pedindo aos fiéis que saibam distinguir os acontecimentos históricos e os ensinamentos bíblicos transmitidos por símbolos, para pessoas que viviam há dois ou três mil anos atrás.

Até hoje não se sabe ao certo em que ano Cristo nasceu e isso não é de importância fundamental. O importante é compreender a mensagem que Cristo veio nos trazer e o sentido dos símbolos usados pelos evangelistas. Pode até não ter havido anjos cantando aos pastores, as pessoas mais desprezadas no tempo de Cristo, viviam com animais e como os animais. Dormiam no chão e comiam ervas. Eram pessoas desprezadas, sujas e ignorantes. Sobretudo elas precisavam da

mensagem de Cristo: o Senhor Deus criou todos os seres humanos iguais para viverem felizes em sociedades fraternas. As sociedades horríveis feitas pelos homens poderosos e cruéis é que fazem a miséria e a vida infeliz das pessoas.

Numa das reuniões em Mott Street, em Nova York, o professor de escola pública que ia abandonar o magistério, apresentou, numa noite de natal sua decisão de continuar. - "Pode não ter havido a estrela. Cada cristão é que deve ser uma estrela a guiar os outros para Cristo. Só Ele, com seu Evangelho, nos dá o presente de Natal mais precioso: o sentido da vida e da felicidade.

ROBERTO DE CARVALHO ROCHA é diretor da Faculdade Christus

Compromisso



EMANUEL BRUNO

A iniciativa do O POVO, baseada numa investigação jornalística träs a cena um retrato perverso que envolve fatores culturais, sócio-políticos, econômicos e jurídicos, atos e situações de exploração sexual para fins comerciais nas estradas brasileiras de crianças e adolescentes, uma extensa rede de pessoas e instituições (proprietários de bar, taxistas, hotéis, caminhoneiros, policiais, etc.) que atuam nessa modalidade de violência, realidade que os governos tentam combater com políticas de proteção e enfrentamento que não trazem um acompanhamento sistemático e integral dos

sujeitos vitimizados que fazem parte da trama.

A Constituição Federal (Art. 227), o ECA (Art. 5) e o CPB (art. 214) incluem dispositivos que visam proteger a população infanto-juvenil, conquistas válidas nos marcos do Estado Democrático de Direito, porém o que se percebe é a existência de um hiato, na prática os direitos não são assegurados como garante a lei. Há que se destacar aqui a situação dos Conselhos Tutelares, muitos possuem uma visão equivocada sobre o assunto, muitos não sabem manusear e alimentar o sistema de informações, o que impede de ser feito um diagnóstico transparente sobre o fenômeno, sem desconsiderar as reais condições de execução desse trabalho a que esses profissionais estão sub-

metidos, isso revela que a questão ainda não se tornou prioridade na agenda política dos governos municipais.

A convivência ou a omissão dos poderes constituídos em relação à exploração sexual comercial, é, também, responsável pela impunidade que desfruta a maioria dos usuários e aliciadores. A iniciativa do O POVO vem se configurar como uma maneira de assegurar o compromisso com o respeito aos direitos e liberdades fundamentais, bem como de efetivação da cidadania que os conselhos, entidades, fóruns e movimentos sociais iniciaram com estratégias articuladas e mobilizadoras.

EMANUEL BRUNO LOPES é assistente social, pesquisador do Laboratório de Direitos Humanos e Cidadania-Labvida e mestrando em Políticas Públicas e Sociedade pela Uece

OPOVO

FUNDADO EM 7 DE JANEIRO DE 1928 POR DEMÓCRITO ROCHA

PRESIDENTES DO O POVO



Demócrito Rocha
1928 - 1943



Paulo Sarasate
1943 - 1968



Creuza Rocha
1968 - 1974



Albanisa Sarasate
1974 - 1985

PRESIDENTE: Demócrito Rocha Dummar
DIRETOR EXECUTIVO: Luciana Dummar
Diretor-Geral de Jornalismo:
Artem Medina Neri
Diretores-Executivos da Redação:
Fátima Sudário e Marcos Tardin
Diretoria Administrativa e Financeira: André Azevedo
Diretoria de Circulação: Demócrito Rocha Dummar Filho
Diretoria de Colagens: João Dummar Neto
Gerência Financeira: Edson Barbosa
Gerência Industrial: Kleber Brasil
Conselho Editorial: Adília Sá, Cláudio Ferreira Lima (secretário), Dalmy Soares de Menezes, Dom Adão Lorscheider, Esvarito Lins, Fausto Nilo, Francisco José de Lima Mello, Maria Lúcia Rocha Dummar, Manfredo Oliveira, Paulo Bonavides, Pedro Henrique Saraiva Leão, Ramundo Padilha, Roberto Macedo, Sérgio Emeraldo, Simone Souza e Wânia Cyrine Dummar
Editor-Geral: Valdeir Menezes
Ombudsman: Flávio Bonfante

REDAÇÃO

[MÚLTIPLOS]

COMUNICAÇÃO: Política, Brasil, Internacional e Últimas. Fones: (85) 3255.6105, 3255.6063, 3255.6138, 3255.6136, 3255.6104. E-mail: polit@opovo.com.br; opiniao@opovo.com.br; internac@opovo.com.br

COTIDIANO: Fortaleza, Ceará, Esportes, Ciência & Saúde. Fones: (85) 3255.6147, 3255.6125, 3255.6120, 3255.6118. E-mail: cotidia@opovo.com.br; csa@opovo.com.br; espor@opovo.com.br

COMPORTAMENTO E CULTURA: Vida & Arte - Clubeiro - Fones: (85) 3255.6137, 3255.6115, 3255.6107, 3255.6112. E-mail: vida@opovo.com.br; club@opovo.com.br

NEGÓCIOS: Economia, Turismo e Veículos - Fones: (85) 3255.6110, 3255.6117, 3255.6116, 3255.6272. E-mail: econ@opovo.com.br; turism@opovo.com.br; veic@opovo.com.br

VARIEDADES: República, Bucheio - Fones: (85) 3255.6028 e 3255.6027. E-mail: rep@opovo.com.br; bucheio@opovo.com.br

OPINIÃO: Artigos, Cartas, Jornal do Leitor. Fonefax: (85) 3255.6104. E-mail: opiniao@opovo.com.br

PRIMEIRA PÁGINA: (85) 3255.6137. E-mail: pp@opovo.com.br

EDITORIA DE ARTE: (85) 3255.6109. E-mail: ar@opovo.com.br

SECRETARIOS DE REDAÇÃO: (85) 3255.6101, 3255.6104, 3255.6106. E-mail: sekretariano@opovo.com.br; jornab@opovo.com.br; mestr@opovo.com.br

ATENDIMENTO AO ASSINANTE: 3255.6250
VENDA AVULSA: 3255.6295
ASSINATURAS: 3255.6200;
3255.6201

POPULARES: 3254.1010

MARKETING: 3255.6283
TRÁFEGO COMERCIAL: 3255.6065
DIRETORIA: 3255.6001; 3255.6019
OMBUDESMAN: 3255.6181
E-mail: ombudsman@opovo.com.br

EMPRESA JORNALÍSTICA DO POVO S.A.
Sede: Av. Aguanambi, 282 - Joaquim Távora
CEP 6005-002 - Fortaleza-CE - FONES: 3255.6000
http://www.opovo.com.br

ESCRITÓRIOS

SÃO PAULO: - Rua Abílio Soares, 227 - 8º andar São Paulo-SP - CEP: 04.005-000 - Barro Paraisópolis - Fone: (11) 3057.2547 - FAX: (11) 3887.0071
RECIFE: - Rua de Aurora, 295 sala 1501 - Ed. São Cristóvão - Boa Vista - Recife - PE - CEP: 50.050-000 - Fone: (81) 3421.2540

BRASÍLIA: - SC3 - Quadra 2 - Bloco D - Ed. Oscar Niemeyer - Maná - 19 andar - S/N 5001/503 - CEP: 70.116-900 - Brasília-DF - Fone: (61) 3201-0271/92818366 - Fax: (61) 3037-1182

RIO DE JANEIRO: - Av. Cícero Mendes 519 - GR 210 - Barra da Tijuca - Rio de Janeiro - RJ - CEP: 22621-200 - Fone: (21) 2491.1350

BELO HORIZONTE: - Av. Presidente Carlos Luz, 468 SLS 05 - 06 - Belo Horizonte-MG - CEP: 31.230-980 - Fone: 31 3411-7333

DISTRIBUIDOR EXCLUSIVO EM BRASÍLIA:

MEDIA DISTRIBUIDORA DE JORNALS LTDA - Aeroporto Internacional de Brasília Pro. Juscelino Kubitschek, Setor de Locação, lote nº 14, salas 03 e 04, CEP 71609-900 - Brasília/DF, Telefone: (6061) 364.9900, Fax: (6061) 364.9901; E-mail: media@opovo.com.br

AGÊNCIAS DE NOTÍCIAS: Agência Estado, Agência Folha, Agência EFE e Sport Press.
PREÇO DO EXEMPLAR NO CEARÁ: segunda a sábado: R\$ 2,00; domingo: R\$ 2,50. Outros Estados do Nordeste: segunda a sábado: R\$ 3,00; domingo: R\$ 5,00. Outros Estados: segunda a sábado: R\$ 4,00; domingo: R\$ 6,00. Assinatura: Anual: R\$ 746,00; Semestral: R\$ 373,00; Trimestral: R\$ 186,00. Anual Light: R\$ 512,00; Semestral Light: R\$ 256,00; Anual Light: R\$ 234,00; Semestral Light: R\$ 117,00.

MEMBRO FUNDADOR DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNALISMO

FLILIAO AO INSTITUTO VERIFICADOR DE CIRCULAÇÃO - IVC

SÓCIO DA SOCIEDADE INTERAMERICANA DE IMPRENSA-SP